



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES OSMAR DE AQUINO
CURSO DE GEOGRAFIA

ROSA SUZANA ALVES DE BRITO
Linha de Pesquisa Ensino de Geografia

O ENSINO DE GEOGRAFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR INICIANTE

GURABIRA-PB

2016

ROSA SUZANA ALVES DE BRITO

O ENSINO DE GEOGRAFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR INICIANTE

Artigo apresentado a coordenação de
Graduação em Licenciatura em Geografia
da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título
de graduado em geografia.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Regina Celly
Nogueira da Silva

GUARABIRA-PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B862e Brto, Rosa Suzana Alves De
O ensino de geografia e a formação do professor iniciante
[manuscrito] / Rosa Suzana Alves De Brto. - 2016.
31 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Regina Celly Nogueira da Silva, Departamento
de Geografia".

1. Ensino de Geografia. 2. Formação do Professor. Estágio
Supervisionado. I. Título.

21. ed. CDD 910

ROSA SUZANA ALVES DE BRITO

O ENSINO DE GEOGRAFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR INICIANTE

Artigo apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em geografia.

Aprovada em: 27/10/2016

BANCA EXAMINADORA

Regina Celly N. da Silva

Prof.^a Dr.^a Regina Celly Nogueira da Silva - Orientadora

Michele Kely Moraes Santos

Prof.^a Mestre Michele Kely Moraes Santos

Ana Carla dos Santos Marques

Prof.^a Mestre Ana Carla dos Santos Marques

GUARABIRA-PB

2016

DEDICATÓRIA

Dedico...

À minha família, meu esposo e meus amigos, pelo apoio, motivação e compreensão em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus autor da minha vida, que me dá força, coragem e discernimento para trilhar por caminhos difíceis sem desistir.

A minha mãe **Rizelda Alves** e ao meu Pai **Severino Pedro**, pelo amor, carinho e dedicação com que me educaram, vocês são tudo em minha vida.

A minha irmã **Suely Alves**, pelo apoio nos momentos mais difíceis da minha vida.

Ao meu esposo **José Wilton**, pelo apoio, segurança e compreensão que me deste em todos os momentos.

A minha orientadora Prof^a Dr^a **Regina Celly Nogueira da Silva**, pela paciência, carinho, responsabilidade e comprometimento durante toda elaboração deste artigo.

A todos os professores que contribuíram para minha formação, em especial aos professores do curso de geografia, que sempre me estimularam a vencer meus próprios limites, obrigada.

A todas as pessoas que participaram deste momento de concretização de um sonho.

Muito obrigada!

O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.

José de Alencar

RESUMO

O ensino de geografia possui um papel essencial para a formação do cidadão, uma vez que ele abre um leque de possibilidades para que o aluno compreenda o meio social no qual está inserido e amplie seu senso crítico diante das mais variadas situações colocada pela sociedade. Portanto, dada a importância do ensino de geografia temos como objetivo geral: Analisar o ensino de geografia e a formação do professor iniciante. Temos como objetivos específicos: resgatar a história da geografia escolar, desde o Brasil colônia, se é que podemos nos referir dessa maneira, tendo-se em vista que a geografia só irá ser considerada uma disciplina a partir do século XIX; discutir as dificuldades da prática docente; reunir reflexões sobre o ensino de geografia na escola básica. Entendemos que práxis do professor deve ser algo extremamente planejada, com objetivos claros e específicos. Desta maneira, a formação do professor é algo essencial para que haja um ensino de qualidade, que busque formar cidadãos, reflexivos e conscientes. Consequentemente, é indispensável que com as novas exigências do Projeto Curricular dos Cursos de Licenciatura em Geografia as disciplinas da pedagogia seja mais valorizada. Dentre estas disciplinas, destacamos o Estágio Supervisionado, pois ele permite que o aluno faça um elo entre a teoria estudada na universidade e a realidade vivenciada no seu futuro ambiente de trabalho. Destacamos ainda, que a ação mais importante do poder público é a valorização do professor enquanto elemento essencial para a formação do cidadão crítico e responsável pela sociedade em que vive.

Palavras-Chave: Ensino de geografia; Formação do Professor; Estágio supervisionado.

ABSTRACT

The geography education has a key role in the training of citizens, since it opens up a range of possibilities for the student to understand the social environment in which it is inserted and expand your critical sense in the face of various situations posed by society. Therefore, given the importance of geography education we have the general objective: To analyze the teaching of geography and the formation of the novice teacher. We have the following objectives: rescue the history of school geography, from the colonial Brazil, if we can refer this way, having in view that geography will be considered a discipline from the nineteenth century; discuss the difficulties of teaching practice; gather reflections on the teaching of geography in elementary school. We understand that teacher praxis must be something very planned, with clear and specific objectives. Thus, teacher education is something essential that there is a quality of education that seeks to educate citizens, reflective and aware. It is therefore essential that the new requirements of the Curriculum Project of Geography Degree courses the teaching of subjects is more valued. Among these disciplines, we highlight the supervised internship, as it allows the student to make a link between theory studied in the university and the reality experienced in their future work environment. We also point out that the most important action of the government is the appreciation of the teacher as an essential element for the formation of critical citizens and responsible for the society in which he lives.

Keywords: geography teaching; Teacher training; Supervised internship.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	ENSINO DE GEOGRAFIA CONTEXTO HISTÓRICO: NO BRASIL.....	11
3	O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E AS ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA.....	19
4	A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA: ALGUMAS REFLEXÕES.....	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
	REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

O ensino de geografia possui um papel essencial para a formação do cidadão, uma vez que ele abre um leque de possibilidades para que o aluno compreenda o meio social no qual está inserido e amplie seu senso crítico diante das mais variadas situações.

Portanto, dada a importância do ensino de geografia temos como objetivo geral: Analisar o ensino de geografia e a formação do professor iniciante. Temos como objetivos específicos: resgatar a história da geografia escolar, desde o Brasil colônia, se é que podemos nos referir dessa maneira, tendo-se em vista que a geografia só irá ser considerada uma disciplina a partir do século XIX; discutir as dificuldades da prática docente; reunir reflexões sobre o ensino de geografia na escola básica.

Os temas abordados que compõem o texto referem-se as questões e problemáticas emergentes na educação de forma geral e no ensino de Geografia em particular, como por exemplo, as dificuldades enfrentadas pelos cursos de licenciatura com o processo de desvalorização das licenciaturas motivadas pelas políticas do governo federal desde a década de 1970, mas que se estendem até os dias atuais. O desprestígio enfrentado pela categoria resultado de uma política perversa do governo militar, que se expressa até os dias atuais nas salas de aula de nossas escolas públicas e privadas. E importância das disciplinas pedagógicas durante a formação do professor, em especial o estágio supervisionado, por ser um momento único para a formação do futuro profissional da educação.

A luta que alguns professores estabelecem no cotidiano da sala de aula para aproximar o currículo da Geografia escolar com as práticas espaciais cotidianas dos alunos, essa prática mostra-se cada vez mais necessário diante da complexidade do mundo atual. Sendo assim, a busca por novas metodologias são essenciais para novos olhares sobre a cartografia, a geografia física, a geografia cultural e outras linguagens, como os desenhos e jogos e sua inserção na prática pedagógica fazem-se essenciais para a construção de uma educação geográfica.

Além disso, não podemos esquecer que a escola está no centro desse processo, um espaço de descobertas, da construção dos sujeitos. A proposta

curricular é essencial para que possamos construir práticas pedagógicas mais coerentes e adequadas à realidade na qual estamos inseridos. O discente ao longo do curso de graduação precisa compreender o sentido da escola, o papel da geografia na sociedade atual, as transformações que o mundo vem passando.

Neste sentido, dividimos o texto em três capítulos: no primeiro versamos sobre o Ensino de Geografia: contexto histórico no Brasil; no segundo sobre o Processo de Ensino e Aprendizagem e as Orientações Curriculares Para o ensino de geografia; no terceiro sobre a formação do professor de geografia: algumas reflexões.

Nossa pesquisa é bibliográfica e utilizamos para embasar nossa escrita: Fernando de Azevedo (1971), Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), Berenice Lurdes Borssoi (2008), Helena Copetti Callai (2001), Margarida de Cássia Campos (2012), Jeani Delgado Paschoal Moura, José Alves (2002), Marlene Macário de Oliveira (2006), Rodrigo Bezerra Pessoa (2007), Genylton Odilon Rêgo da Rocha (1996), Valdenildo Pedro da Silva (2007), Vânia Rubia Fárias Vlach (2004), Noemia Ramos Vieira (2004).

2 O ENSINO DE GEOGRAFIA: CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL

Nas últimas décadas do século XX, o ensino de geografia no Brasil vem passando por grandes transformações, redefinindo suas práticas, exigindo melhorias na formação dos professores, da sua prática docente. Todavia, podemos dizer que esse ainda é um processo lento, mas que é possível perceber ao analisar os objetivos, a metodologia, e os conteúdos propostos na disciplina de geografia ao longo dos anos mudanças consideráveis. Segundo Pessoa o ensino de geografia:

[...] nos últimos anos vêm passando por significativo processo de renovação e reestruturação, fruto, principalmente, dos calorosos debates e dos constantes questionamentos travados nos inúmeros congressos, nas trocas de experiências com profissionais preocupados com o ensino de geografia e com a educação e porque não dizer de uma maior valorização do ensino por aqueles que fazem a geografia brasileira (PESSOA, 2007, p.13).

Diante do que coloca Pessoa (2007), é importante salientar que as mudanças que ocorrem no ensino de geografia, só ganham maior destaque nos últimos anos devido aos significativos avanços que aconteceram no ensino desta disciplina, mas também nas transformações políticas que o país enfrentou na década de 1980, que exigiu novos parâmetros de análise. Estes avanços estão intimamente ligados à intensificação dos debates realizados pelos que compõem a geografia brasileira que discutem sobre o papel da geografia na formação do cidadão consciente e crítico. Assim, essas mudanças visam contribuir para que os jovens possam ter autonomia e confiança para a tomada de decisões.

Entretanto, para melhor compreender os avanços que permeiam o ensino de geografia e os obstáculos enfrentados ao longo de toda trajetória histórica desta disciplina, vejamos o que dizem alguns autores sobre o ensino de geografia do período colonial até os dias atuais. De acordo com Pessoa (2007):

Os jesuítas, portanto, transferiram para o Brasil um sistema educacional moldado tipicamente nos padrões europeus. O papel destinado ao ensino de geografia nesse período era o de apenas oferecer uma cultura geral aos alunos. Ensinava-se através de um modelo de geografia pautado na descrição e enumeração de fatos ou coisas alheias a realidade vivida no nosso território [...] (p.31).

Neste período o ensino de geografia era apenas a descrição dos lugares, a classificação dos elementos físicos, visava-se principalmente conhecer as riquezas do lugar para a exploração. Visava-se apenas a colonização desses espaços, a exploração dos recursos naturais e a expropriação dos povos que viviam nesses

espaços seguindo as determinações da colonização europeia. A geografia que era ensinada preocupava-se apenas em passar conhecimentos de forma geral, ensinavam-se através de um modelo descritivo fatos que não fazia parte da realidade do território brasileiro. Quanto a isso Rocha (1996) afirma que:

[...] não interessou aos jesuítas, até por causa de seu currículo internacionalista, falar em suas aulas de uma geografia brasileira (seja desenvolvendo um estudo descritivo da colônia de então, seja trabalhando uma cartografia local). Inaugurava-se com eles, também, o ensino que somente se propunha a falar da geografia produzida por outros povos, característica tão marcante assumida por esta disciplina no Brasil (ROCHA, 1996, p. 136).

Deste modo, durante o período em que os jesuítas ficaram a frente da educação brasileira, o ensino de geografia não teve nenhum avanço, não havia cursos de formação de professores e os conhecimentos geográficos eram pouco discutidos em sala de aula, o que predominava era um ensino pautado na descrição e na memorização, na classificação dos aspectos dos lugares.

No século XIX, o ensino de geografia ganhou um pouco mais de destaque na educação que existia no País, com a criação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, ela passa ser uma disciplina autônoma. Ao se tornar autônoma as escolas do Império trabalham esta disciplina da seguinte maneira:

Ensinava-se uma geografia muito semelhante àquela inspirada pela pena do padre Manoel Aires de Casal, que publicara, em 1817, sob patrocínio oficial, a *Corografia Brasília*, bem como àquela registrada pelas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Em outras palavras, uma geografia que, muitas vezes, não poderia ser, sequer, classificada como descritiva, dado que Aires de Casal não acompanhava os debates científicos da época, aos quais seus contemporâneos, Alexander Von Humboldt e Karl Ritter, os “pais da geografia moderna”, não eram alheios. Idêntica observação deve ser feita aos poucos trabalhos de geografia publicados na mencionada revista⁴, pois, embora vários se auto-intitulassem descrição, na verdade, tratava-se de trabalhos antes baseados na nomenclatura do que na descrição científica. (VLACH, 2004, p. 190).

Por tanto, mesmo tendo se tornando autônoma, a geografia ensinada pouco mudou, o que prevaleceu foram os métodos e as técnicas que garantissem que o aluno guardasse na memória o que leu; ou seja, a geografia era entendida como uma ciência que tinha como objetivo descrever a terra e por isso o aluno deveria memorizar listas de nomes, conceitos, nomenclaturas e etc.

[...] durante o império, existiram manifestações públicas contrárias a essa maneira inadequada de ensinar geografia. Sobre esses aspectos destacamos as denúncias proferidas por Ruy Barbosa através dos seus

pareceres em 1882, onde o mencionado autor posiciona-se claramente contrário ao tradicionalismo exacerbado presente no ensino de geografia e reivindica claramente um modelo de ensino mais modernizado para essa disciplina (PESSOA, 2007, p. 37).

Tendo como pressuposto o que coloca o autor, é possível perceber que já no império se faziam críticas às práticas pedagógicas utilizadas para ministrar as aulas de geografia nas escolas e que já havia questionamentos sobre o modelo de ensino até então utilizado. De acordo com Pessoa (2007):

Proferiu-se, durante todo o Império, uma geografia escolar fundamentada na orientação clássica, ou seja, uma geografia de caráter puramente descritiva, mnemônica, enumerativa e enciclopédica, totalmente alheia a realidade que cerca a vida do (a) aluno(a) (p.39).

O ensino de geografia durante o período do império foi marcado por muitos problemas educacionais que afetaram o processo de educação de forma geral e bem significativa, e por isso no fim do Império os avanços no ensino de geografia foram pouco expressivos.

Com o fim do período Imperial, iniciou-se o período republicano e com ele algumas reformas de cunho educacional, que interferiram diretamente no ensino de geografia, no entanto, estas interferências estão restritamente relacionadas à carga horária e ao número de turmas, de forma geral, a metodologia de ensino utilizada para ministrar a disciplina de geografia permaneceu a mesma.

Neste sentido, permaneceu um ensino descritivo, com exercícios de memorização, que não permitia que o aluno usasse a criatividade, a imaginação e nem compreendesse que era parte integrante e ativa do meio social no qual estava inserido; desta maneira, a geografia continuou ser ensinada com as mesmas características de quando foi intitulada como disciplina escolar.

Só a partir da segunda década do século XX, que se intensificaram os debates entre os professores que eram favoráveis ao ensino tradicional e aqueles que apontavam propostas inovadoras para o ensino de geografia. Este foi um momento de importantes transformações para a geografia escolar, pois surgiram propostas inovadoras, direcionadas a esta disciplina; estas transformações por sua vez, tiveram início na última reforma do período da República Velha, que foi a reforma feita por Luís Alves-Rocha Vaz.

As principais transformações que surgiram a partir desta reforma foram:

[...] o aumento do tempo de duração do curso secundário de cinco para seis anos, a extinção dos exames parcelados de preparatórios e a consequente introdução do regime seriado, que a partir daquele instante seria adotado nas escolas médias presentes em todo território brasileiro (PESSOA, 2007 p.43).

Surgem também junto a estas transformações, uma preocupação com uma educação mais patriota, e por isso, as escolas eram orientadas a incentivar o sentimento de amor à pátria. Para Vlach (1988),

[...] a presença da inculcação da ideologia do nacionalismo patriótico em nossas escolas, que se tornara de vital importância para classe dirigente desse país, pois permitia acentuar o sentimento de amor à pátria e ocultar as questões políticas e sociais que já se faziam manifestas em nosso território (apud PESSOA, 2007, p.45).

Entretanto, mesmo sendo um período em que se pregava o patriotismo nas escolas, este foi um momento de extrema importância para a geografia, pois foi nesta época que se falava de forma mais intensa sobre uma geografia moderna, que se propunha facilitar o processo de ensino e aprendizagem, de maneira que o aluno compreendesse o meio social no qual está inserido:

Embora, ainda se fizesse muito presente a influência da geografia descritiva em nossas salas de aula, é importante destacar que a partir do início do século XX, a sua presença não seria mais absoluta em nossas escolas, naquele instante já se fazia emergir no interior da disciplina, uma geografia escolar fundamentada na concepção moderna de ensino, que seria finalmente submetida à orientação do Estado através dos currículos escolares brasileiros. (PESSOA, 2007, p.45)

Portanto, esse período foi decisivo, para que fosse instituído um novo ensino de geografia, que não tivesse apenas como objetivo descrever a terra e fazer o aluno memorizar conceitos, mas que ampliasse o processo de aquisição do conhecimento do aluno de maneira que o mesmo pudesse entender melhor o meio social no qual está inserido.

Salientamos que os professores da disciplina de geografia e também das outras disciplinas ministradas nas escolas, eram oriundos de outras profissões, ou seja, não possuíam uma formação adequada. Essa realidade só começou a se transformar com a introdução de cursos superiores de formação de professores de geografia que foi instituído através do decreto n.º 19.85 em 11 de abril de 1931.

O curso de geografia a princípio, nestas novas instituições de ensino aparece atrelado ao curso de história, sendo, portanto, uma única graduação. Ressaltamos que a maioria dos professores que lecionavam nestes cursos vinham da Europa, especificamente da França, e por isso buscavam trabalhar com uma metodologia que mostrasse uma ciência geográfica moderna.

Com as novas Faculdades, surge a partir de 1936, um quadro de profissionais licenciados e aptos a atuar no ensino secundário. De acordo com Azevedo (1971),

Com esse acontecimento inaugurou-se, de fato, uma nova era do ensino secundário, cujos quadros docentes, constituídos até então de egressos de outras profissões, autodidatas ou práticos experimentados no magistério, começaram a renovar-se e a enriquecer-se, ainda que lentamente, com especialistas formados nas faculdades de Filosofia que, além do encargo da preparação cultural e científica, receberam por acréscimo, o da formação pedagógica dos candidatos ao professorado do ensino secundário. (AZEVEDO, 1971, p. 761).

A formação de profissionais para lecionar no ensino secundário, contribuiu de forma ímpar, para que se ampliassem as discussões direcionadas as práticas de ensino, até então utilizadas por professores de geografia. Este momento é sem dúvida de suma importância para o ensino de geografia. De acordo com Rocha (1996):

A importância deste acontecimento é significativa para a propagação da orientação moderna de geografia escolar. Devemos lembrar que vários autores responsáveis pela historiografia existente sobre a ciência geográfica no Brasil são categóricos ao afirmar que a criação dos cursos de geografia, em nível superior inauguraram a fase moderna da geografia no país. Podemos perfeitamente afirmar que os(as) novos(as) professores(as) eram formados à luz dessa nova orientação e por ela muito influenciados quando assumiram postos nas salas de aulas, além do que, naquele período, começaram a surgir também manuais didáticos veiculadores dessa nova orientação. (ROCHA, 1996, p. 267)

Esses novos cursos foram essenciais para o ensino de geografia, uma vez que através deles surgiram nas escolas os primeiros professores advindos de uma formação científica dessa ciência. Além dos novos cursos, o que ajudou também para que se materializasse o ensino de geografia presente em nossas escolas, foi o surgimento da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em 1934.

Essa organização terá um papel importantíssimo em todo o processo de desenvolvimento e divulgação das pesquisas científicas concernente à geografia brasileira e também contribuirá através dos seus periódicos para a difusão das novas concepções metodológicas referentes ao ensino de geografia (PESSOA, 2007 p. 55).

O surgimento do professor licenciado e a criação da AGB, são fatos que vem colaborar para que se intensifiquem as discussões, a fim de que, haja novas reflexões sobre quais os objetivos, as metodologias e os conteúdos devem ser prioridade no ensino de geografia nas escolas.

É imprescindível destacar que o número de professores licenciados era bem pequeno e que prevalecia nas escolas um percentual considerável de professores ainda sem formação, que não compreendiam as novas orientações direcionadas para o ensino de geografia, e por isso continuavam ministrando aulas seguindo a antiga orientação clássica.

Desta forma, o ensino de geografia era marcado pela fragmentação do saber, onde muitas vezes tudo é bem distante da realidade do aluno e por isso, o saber torna-se mecânico, e não ajuda os alunos a contextualizarem o ensino geográfico com a sua própria realidade.

De acordo com Callai:

São aspectos naturais e humanos do espaço geográfico, traduzidos em aulas sobre relevo, vegetação, clima, população, êxodo rural e migrações, estrutura urbana e vida nas cidades, industrialização e agricultura, estudados como conceitos abstratos, neutros, sem ligação com a realidade concreta da vida dos alunos (2001, p. 139).

Ou seja, os conteúdos são colocados apenas de maneira informativa, não há uma reflexão nem uma contextualização com a vida do aluno, o ensino de geografia não contribui nem facilita o processo de construção e reconstrução do conhecimento do aluno, o que vemos é apenas uma transmissão de conteúdos descritivos. De acordo com Moura e Alves (2002) em:

[...] muitas aulas, ainda se reproduz essa Geografia da “descrição dos lugares”, o que leva o aluno ao processo mecânico de memorização, já que ele não vê relação alguma com o seu cotidiano. Além disso, a ênfase na memorização do quadro físico, sem entender a relação sociedade e natureza, acaba despolitizando o discurso geográfico, pois retira a capacidade de reflexão e de fazer história que somente o sujeito é capaz (MOURA E ALVES, 2002, p. 311).

Desta maneira, mesmo com os avanços que aconteceram, a geografia ensinada ainda mantinha em sua metodologia uma prática tradicional, e por isso em meados do século XX, as críticas sobre o ensino de geografia se pluralizam no

cenário internacional, e posteriormente no nacional, havendo assim, inúmeras críticas ao ensino de geografia das nossas escolas.

O ensino de geografia tradicional, já não acompanhava as transformações políticas, sociais e econômicas do País e isso acarretou a busca de novas teorias por parte de alguns geógrafos. Os grupos que defendiam um ensino mais crítico e reflexivo, durante o período da ditadura militar no qual passou o País, foram prejudicados e reprimidos, por isso só a partir da década de 70, os movimentos de renovação do ensino de geografia retomam com mais intensidade os debates sobre o ensino de geografia, e neste momento os movimentos até então reprimidos, aparecem com o nome de geografia crítica.

Para Pessoa (2007) a geografia crítica:

[...] no seu cerne não apenas procurou subjugar as geografias clássica, moderna e pragmática, mas fundamentalmente essa nova corrente buscou se envolver com temas novos, procurou compenetrar-se em conjunto com a sociedade civil na discussão de seus principais anseios e problemas com vistas ao debate e no intuito de propor soluções às questões não solvidas referentes ao espaço geográfico, dirigiu-se, sobretudo, de forma contrária ao que fez as geografias clássica, moderna e quantitativa, desligando-se das amarras do poder do Estado e filiando-se a uma linha ideológica voltada ao saber crítico – aquele que analisa com minúcia, percebe e alcança as intenções, expõe os contrastes, procura colaborar nas manifestações e reivindicações dos indivíduos execrados, reprimidos e oprimidos, seja pela sua cor, raça, gênero, opção sexual, etnia etc, e principalmente dos que esperam a oportunidade de criar um mundo melhor com direitos iguais para todos (p. 62).

A geografia crítica vem, portanto, abrir caminhos para que esta ciência abra possibilidades para discussões com temas sociais e políticos, com essa nova geografia, surge muitas discussões sobre as questões metodológicas que envolvem o ensino de geografia e novas propostas de ensino pautadas na reflexão, na politização, no aluno como sujeito ativo e no processo de ensino e aprendizagem.

Como é possível perceber, o ensino de geografia passou por momentos distintos ao longo da história, no entanto, a prática pedagógica utilizada para ministrar esta disciplina, esteve atrelada ao ensino mnemônico, e descontextualizado da realidade do aluno.

Por isso, versaremos no próximo capítulo sobre o processo de ensino e aprendizagem e as orientações curriculares para o ensino de geografia atualmente,

para que assim, seja possível compreender melhor como está organizado o ensino de geografia nas escolas e quais os objetivos apontados pelo ministério da educação, como sendo essências no processo de aquisição de conhecimentos.

3 O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E AS ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA

Como vimos no capítulo anterior, à educação brasileira, mais especificamente o ensino de geografia, vem passando por transformações ao longo dos anos, principalmente no que diz respeito à integração da relação ensino e aprendizagem. Contudo, em meio a estas transformações é imprescindível destacar que quando falamos de ensino e aprendizagem, nos referimos também a relação entre professores e alunos, metodologias e práticas pedagógicas, pois acreditamos que o processo de ensino e aprendizagem é algo complexo e amplo, que vai muito mais além do que apenas organizar e transmitir conteúdos para os alunos.

Neste sentido, enfatizamos como sendo de fundamental importância à prática pedagógica do professor, pois para se ter uma educação pautada na construção do conhecimento e na formação do sujeito ativo e reflexivo, é necessário que o professor direcione sua práxis,

[...] para além da seleção de metodologias que o orientem, de forma a tornar-se um gerenciador do conhecimento, autônomo, criativo, pluralista e propositivo na/da sua realidade, pois entendemos que educar é não se limitar a repassar informações ou mostrar apenas um caminho, aquele que o professor considera mais correto, mas é ajudar a pessoa a tomar consciência de si mesma, dos outros e da sociedade. É aceitar-se como pessoa e saber aceitar os outros. É poder oferecer vários caminhos para que a pessoa possa escolher aquele que for compatível com seus valores, sua visão de mundo e com as circunstâncias adversas que cada um irá encontrar. Educar é preparar na e para a vida. (OLIVEIRA, 2006 p. 14-15).

Desta forma, a práxis do professor deve ser algo extremamente planejada, com objetivos claros e específicos, uma vez que a mesma abre um leque de possibilidades para que os alunos construam e reconstruam continuamente o seu conhecimento, ao mesmo tempo em que deve permitir que os alunos sejam capazes de associar o conhecimento adquirido no ambiente escolar, com sua rotina diária, e com o meio social no qual está inserido.

Portanto, é necessário que o professor procure utilizar metodologias de ensino que facilitem o processo de ensino e aprendizagem e contribua para a formação política, social e cultural, ajudando assim, os alunos se tornarem sujeitos capazes de atuar de forma coerente e consciente, no meio social no qual estão inseridos.

Diante disto, versaremos agora sobre a questão didático-pedagógica da geografia, uma vez que, a geografia é plural e colabora de forma ímpar para o desenvolvimento cognitivo e intelectual do aluno, contribuindo de forma significativa para sua formação enquanto indivíduo participativo da sociedade, pois a geografia é:

[...] a 'ciência que estuda as relações entre a sociedade e a natureza', ou melhor, a forma como a sociedade organiza o espaço terrestre, visando melhor explorar e dispor dos recursos da natureza. Naturalmente, no processo de produção e reprodução do espaço, cada formação econômico-social procura organizar o espaço à sua maneira, ao seu modo, de acordo com os interesses do grupo dominante e de acordo também com as suas disponibilidades de técnicas e de capital [...] (MOURA e ALVES, 2002, p.313).

Desta forma, o estudo da geografia é essencial para a formação do sujeito, pois ele é amplo e abrange vários aspectos importantes para o desenvolvimento cognitivo do educando, pois a mesma, é uma ciência política e por isso esta intimamente ligada à sociedade. Portanto, o ensino de geografia abre um leque de possibilidades para que o aluno amplie seus conhecimentos e construa novos conhecimentos em um processo contínuo e permanente.

Moura e Alves (2002) apontam que:

Ao estudar essas relações sociais materializadas no espaço, a Geografia se coloca entre as disciplinas do currículo escolar, capaz de contribuir efetivamente com a proposta de educar para o exercício da cidadania. Mas, é importante ressaltar ainda que, numa educação voltada para a formação cidadã, devem-se redimensionar os conteúdos escolares como ferramentas que servirão para os alunos produzirem seus próprios conhecimentos, desde que haja sentido e se relacione com a prática cotidiana e com os demais conhecimentos anteriormente construídos por esses sujeitos sociais. Resta, então, conhecer as perspectivas desse ensino na atualidade no interior do processo educativo. (MOURA E ALVES, 2002, p. 113-114).

Tendo isso como pressuposto, o Ministério da Educação, procurando melhorar a qualidade da educação brasileira, elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) com intuito de direcionar quais são os conteúdos mínimos a serem ministrados nas disciplinas escolares. Os PCNs foram organizados por um grupo de "especialistas" acadêmicos, que selecionaram conteúdos e objetivos que deveriam ser trabalhados nas escolas.

A publicação dos PCNs trouxe consigo opiniões divergentes a seu respeito, houve e ainda há muitas críticas direcionadas a estes documentos, dentre estas críticas, podemos citar a falta da participação dos professores do ensino

fundamental e médio na elaboração dos mesmos. No que diz respeito ao PCN de geografia, Vieira (2004), faz críticas e afirma que os autores deste documento:

[...] tentaram negar a todo o momento a importância na análise da realidade de categorias introduzidas no ensino pelo materialismo histórico e dialético. Isso é percebido tanto nas orientações teórico-metodológicas iniciais do documento quanto na apresentação dos conteúdos selecionados para trabalhar com os alunos nos ciclos correspondentes.

Assim, ao dirigirem-se à Geografia Crítica, os autores do documento justificam a ineficiência desta corrente na análise do espaço pelo fato de ela possuir uma postura teórica que busca compreender o espaço geográfico unicamente como produto de forças econômicas.

Ao discorrerem sobre os dois paradigmas do pensamento geográfico brasileiro – o tradicional e o crítico – e suas influências na prática dos professores, apesar de dirigirem críticas a ambos, detectamos de forma bastante clara que as críticas são dirigidas com mais afinco às influências deixadas pela Geografia Crítica (VIEIRA, 2004, p.32).

Para Vieira, os autores dos PCNs, se direcionam com maior criticidade a geografia crítica e suas vertentes e por isso tentam desconstruir junto aos professores as propostas curriculares que surgiram em meio aos pressupostos da geografia crítica, deixando assim, o ensino de geografia com lacunas que dificultarão o processo de aquisição do conhecimento do aluno, que lhe permitirá maior criticidade.

Ainda segundo Vieira (2004):

Ao criticarem a Geografia Crítica, constatamos que os autores promoveram um incentivo ao abandono da análise de fatores econômicos e políticos na interpretação da realidade espacial, o que constitui um erro, pois esses fatores são muitas vezes as principais determinações das formas espaciais surgidas na paisagem, bem como das contradições presentes em nossa realidade espacial. Ao secundarizá-los ou omiti-los, estaremos impedindo o aluno de obter uma visão de totalidade da sua realidade (p. 33).

De acordo Vieira, se o professor seguir as orientações dadas pelo PCN de geografia, o ensino será colocado para os alunos de forma superficial, deixando assim de pluralizar o conhecimento para minimizá-lo. As críticas direcionadas aos PCNs e em especial ao PCN de geografia, são muitas, no entanto, não nos aprofundaremos nesta discussão.

Entretanto, mesmo diante das críticas, após a elaboração dos PCNs, eles foram encaminhados para todas as escolas, com intuito de orientar os professores na sua prática pedagógica e facilitar o processo de ensino e aprendizagem, por isso abordaremos agora sobre alguns objetivos dos PCNs. Os PCNs têm como objetivo principal:

[...] compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças sociais, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito (BRASIL, 1997a, p. 7).

Formar cidadãos críticos, reflexivos e atuantes na sociedade é um dos principais objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e por isso a disciplina de geografia é um instrumento de suma importância para a constituição de sujeito que atua conscientemente na sociedade.

Neste sentido, os PCNs de Geografia apontam que esta disciplina tem por objetivo estudar:

[...] as relações entre o processo histórico na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar, do território, a partir de sua paisagem. Na busca dessa abordagem relacional, trabalha com diferentes noções espaciais e temporais, bem como com os fenômenos sociais, culturais e naturais característicos de cada paisagem, para permitir uma compreensão processual e dinâmica de sua constituição, para identificar e relacionar aquilo que na paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre a sociedade e a natureza em sua interação (Brasil, 1998, p. 72).

Portanto, o professor de geografia em sua prática educativa, deve conseguir ampliar a capacidade dos alunos em observar, comparar, conhecer, explicar, e representar as características do lugar em que vive e de diferentes paisagens geográficas, ou seja, o ensino deve ser significativo para o aluno e estar presente em seu cotidiano rotineiramente.

Para Oliveira (2006):

É interessante reconhecer que o estudo da geografia deve ser consequente para os alunos, suas experiências concretas deverão ter interligamento e coerência dentro do que é ensinado, pois o vivido pelo aluno é expresso no espaço cotidiano, e a interligação deste com as demais instâncias é fundamental para a aprendizagem. “Se o espaço não é encarado como algo em que o homem (o aluno) está inserido, natureza que ele próprio ajuda a moldar, a verdade geográfica do indivíduo se perde e a Geografia torna-se alheia para ele” (RESENDE, 1986, p. 20). É preciso, então, preparar o aluno para que ele compreenda o valor do seu espaço e de sua ação nele. (p. 16-17).

Para o autor as aulas de geografia deve ter a vida do aluno e o espaço vivido por ele como ponto de partida para a construção de novos conhecimentos, pois é necessário que o aluno compreenda que faz parte do meio social no qual está

inserido e que ele mesmo é um agente de transformação, ou ainda um sujeito capaz de construir sua própria história.

Desta maneira, neste processo de ensino e aprendizagem que valoriza e respeita o conhecimento prévio dos educandos e as características do ambiente no qual ele vive, o professor de geografia assume um papel extremamente importante, pois cabe a ele, preparar e organizar metodologias de ensino que ampliem e contribuam na formação do aluno, de maneira que ele consiga utilizar os conhecimentos adquiridos no ambiente escolar na sua rotina diária.

Ainda, para o ensino de geografia os PCNs propõem os seguintes objetivos:

- . Conhecer o mundo atual em sua diversidade, favorecendo a compreensão, de como as paisagens, os lugares e os territórios se constroem;
- . Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas consequências em diferentes espaços e tempos, de modo que construa referenciais que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões socioambientais locais;
- . Conhecer o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo que compreenda o papel das sociedades na construção do território, da paisagem e do lugar;
- . Compreender a espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações;
- . Compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços tecnológicos e as transformações socioculturais são conquistas ainda não usufruídas por todos os seres humanos e, dentro de suas possibilidades, empenhar-se em democratizá-las;
- . Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições;
- . Orientá-los a compreender a importância das diferentes linguagens na leitura da paisagem, desde as imagens, música e literatura de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo que interprete, analise e relacione informações sobre o espaço;
- . Saber utilizar a linguagem gráfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geográficos;
- . Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-os como direitos dos povos e indivíduos e elementos de fortalecimento da democracia (BRASIL, 1998, p. 35).

Como é possível perceber diante destes objetivos, ao ensino de geografia estão atreladas habilidades necessárias e indispensáveis para a formação do cidadão que a escola almeja formar, e por isso cabe ao professor propor atividades reflexivas que facilitem o processo de aquisição de conhecimento dos alunos, pois se o professor não organizar suas aulas com este intuito, possivelmente o ensino de geografia vai continuar sendo colocado em sala de aula de forma mnemônica, sem objetivo e descontextualizado com a realidade dos alunos.

Entretanto, mesmo tendo orientações, tais como a dos PCNs, como sendo ponto de partida para o professor organizar suas metodologias de ensino e para colocar em prática a geografia que se espera, sabemos que a realidade da sala de aula muitas vezes é bem diferente, pois é um desafio para o professor propor objetivos e metodologias que agucem e incentivem no aluno o conhecimento crítico.

Durante todo o processo de ensino e aprendizagem é indiscutível o papel essencial do professor na formação do cidadão tão esperado por toda a sociedade, porém, sabemos que para que o professor possa desempenhar com excelência o seu trabalho é necessário que ele tenha uma formação adequada, que amplie seus conhecimentos docentes, por isso, versaremos no próximo capítulo sobre a formação do professor de geografia.

4 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA: ALGUMAS REFLEXÕES

As instituições de ensino superior públicas no Brasil desempenham um importante papel na formação dos professores para a escola básica. Ao mesmo tempo, essa tem sido uma complicada função. Isso se deve ao fato de a incumbência de formar os professores no Brasil, enfrenta as dificuldades relativas à desvalorização do professor. No século XX a profissão sofreu um intenso processo de desvalorização. Os cursos de licenciatura foram bastante penalizados pelas políticas públicas adotadas pelo Ministério de Educação e Cultura, mesmo com a elaboração da LDB, o PCN e o Plano Nacional de Educação criado nas últimas décadas.

Grande parte dos alunos que ingressam na universidade não se sentem atraídos pela profissão, tendo em vista os baixos salários e o desprestígio da profissão. Evidente que essa realidade lentamente vem se alterando. O governo federal tem através de projetos tipo Plano de Desenvolvimento da Escola, melhorar a qualidade do ensino. Mesmo, assim, podemos dizer que essas são ações ainda tímidas para um país que possui problemas graves de analfabetismo. Assim, resta aos cursos de formação de professores a difícil tarefa de colocar no mercado de trabalho bons profissionais.

Na medida em que a sociedade brasileira se transforma, a escola, o ensino e as disciplinas escolares também são afetadas por essas transformações. A educação brasileira, como toda a sociedade, vem se transformando ao longo dos anos, e por isso, se exige cada vez mais que o professor desempenhe múltiplas funções na sala de aula. O professor precisa ser criativo, estar atento aos avanços tecnológicos que temos atualmente e etc. desta maneira, o profissional da educação, para realizar seu trabalho de forma adequada, e coerente, precisa ter uma formação apropriada e que leve em consideração as mudanças que acontecem velozmente em todo o mundo.

Neste sentido, é imprescindível que haja um olhar mais cuidadoso, e direcionado a formação do professor, pois a formação deste profissional deve contribuir na realização de um trabalho que consegue compreender e acompanhar

as constantes transformações da sociedade, da educação brasileira e do meio tecnológico.

O papel do profissional de geografia nas escolas vem se redefinindo e sendo questionado constantemente, e isto vem colaborando para que haja um redimensionamento no currículo pedagógico e na adequação de propostas curriculares direcionadas ao ensino de geografia. De acordo com o Parecer CNE/CES 492/2001,

A Geografia vem evoluindo, nos últimos anos, tanto pela introdução e aprofundamento de metodologias e tecnologias de representação do espaço (geoprocessamento e sistemas geográficos de informação, cartografia automatizada, sensoriamento remoto etc.) quanto no que concerne ao seu acervo teórico e metodológico em nível de pesquisa básica (campos novos ou renovados como geo-ecologia, teoria das redes geográficas, geografia cultural, geografia econômica, geografia política e recursos naturais, etc.), quanto em nível de pesquisa aplicada (planejamento e gestão ambiental, urbana e rural). Assim sendo, devemos admitir que essas transformações no campo dos conhecimentos geográficos vêm colocando desafios para a formação não apenas do geógrafo-pesquisador (técnico e planejador) como também para o geógrafo-professor do ensino fundamental, médio e superior (BRASIL, 2001, p. 10).

Estas transformações que permeiam o ensino de geografia trazem consigo muitos desafios para os cursos de formação de professores, pois as universidades precisam realizar alterações nas estruturas curriculares, de modo que, seja possível facilitar o processo de aquisição do conhecimento dos futuros docentes de geografia, e construir um novo modelo de profissionais da educação, que saibam acompanhar e usar metodologias que contribuam para o avanço da pesquisa e do ensino de geografia.

De acordo com Silva (2007), este novo modelo de formação do professor visa:

[...] de maneira geral, subsidiar o perfil de um profissional que saiba compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base em fundamentos filosóficos, teóricos, tecnológicos e metodológicos dessa área de conhecimento, bem como para dominar e aprimorar com eficiência as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico (BRASIL, 2004) (p.190).

Portanto, as universidades que oferecem o curso de licenciatura plena e geografia, devem estar atentas às competências e habilidades necessárias que o

professor de geografia precisa possuir para poder desempenhar com excelência sua profissão, após concluir sua vida acadêmica.

Destacamos ainda, que durante a formação do professor de geografia, as disciplinas pedagógicas são de suma importância, e o estágio supervisionado por sua vez assume um papel essencial e indispensável, pois ele faz uma ponte entre a teoria e prática e assim permite que o futuro docente conheça *in loco* o seu futuro ambiente de trabalho. Sobre o estágio Fope (2012) aponta que:

O estágio, enquanto eixo integrador de saberes docente deve possibilitar o diálogo entre as disciplinas, remete ao entendimento de que todas necessitam oferecer conhecimentos e métodos para o processo da análise, da crítica e da proposição de novas maneiras inerentes ao processo de ensinar [sic]. Serão necessários encontros em que se busque a reflexão constante da prática, embasada em conhecimentos construídos ao longo do curso, com o apoio teórico-metodológico de todas as disciplinas que compõem a licenciatura. (p.3 apud campos 2012, p.6).

O estágio é, portanto, o momento de reflexão onde o aluno amplia e reconstrói seus conhecimentos ao relacionar os conteúdos estudados nas disciplinas da universidade com diversas situações, sejam elas corriqueiras ou complexas que estão presentes no ambiente educacional.

Para Barreiro e Gebran (2006) o estágio supervisionado é a:

[...] articulação da relação teoria e prática é um processo definidor da qualidade da formação inicial e continuada do professor, como sujeito autônomo na construção de sua profissionalização docente, porque lhe permite uma permanente investigação e a busca de respostas aos fenômenos e às contradições vivenciadas (p. 22 apud BORSSOI, 2008 p.5).

De acordo com as autoras, o estágio supervisionado, assume um papel extremamente importante na formação do docente, pois permite uma aproximação do aluno com a realidade escolar. Desta maneira, através do estágio, o aluno pode conhecer bem de perto os desafios enfrentados pelos docentes e a partir deste momento de interação e troca de conhecimentos, refletir sobre a profissão que exercerá.

Os cursos de formação de professores devem oferecer conhecimentos práticos e teóricos, para que assim o futuro professor desenvolva habilidades que o permita agir diante de diferentes situações que ocorre no ensino. Neste processo de

formação, é necessário que o professor tenha consciência das suas ações didáticas pedagógicas, pois serão elas que definem as ações realizadas na escola.

Borssoi (2008) afirma que:

É imprescindível, na formação do professor uma busca constante, não apenas do saber, mas também do fazer, estando cada vez mais presente a ação - reflexão no dia-a-dia do professor, para que ele não se acomode e avalie sua prática em busca de um melhor saber e de um melhor fazer (p.7).

Cabe aos cursos de formação, propor ações que possibilitem aos futuros profissionais da educação, a compreensão e complexidade da ação do saber docente, e isto pode ser feito se houver uma boa articulação entre as disciplinas teóricas e as disciplinas didáticas pedagógicas oferecidas pelos cursos de licenciatura.

Entretanto, destacamos que mesmo sendo de fundamental importância para a formação do saber fazer docente, as disciplinas pedagógicas em muitas instituições de ensino superior, só são trabalhadas, a partir do 3º ano. Porém enfatizamos que é preciso avançar mais, e garantir estas disciplinas já no 1º ano, para que elas se articulem de forma mais harmônica com as disciplinas teóricas e se construa uma formação docente que facilite o processo de ensino e aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a melhoria da educação básica é essencial que os Cursos de Licenciatura em Geografia repensem seu currículo. Não é possível que um discente passe quatro ou cinco anos nos bancos escolares e saia sem saber elaborar um plano de aula, organizar um conteúdo, não saibam desenvolver nos alunos da educação básica o prazer em estudar, pesquisar, mas, sobretudo, levar o aluno a compreender o espaço vivido.

O que observamos no nosso Estágio Supervisionado foi o pouco apoio que os professores recebem da universidade. A universidade não disponibiliza laboratórios para a produção de material didático, não disponibiliza transporte para os professores visitarem as escolas, os componentes curriculares oferecidos ao longo do curso pouco discute a prática docente, o livro didático, a transposição do conteúdo na escola básica.

Na realidade o curso tem uma estrutura de bacharelado e não de licenciatura. Poucos são os professores que se preocupam com o ensino, com a escola, com a didática. Podemos afirmar que os discentes praticamente não recebem a formação necessária para enfrentar os desafios da sala de aula. Além desses aspectos o professor iniciante recebe pouca orientação da escola. A escola pública não entende a importância do papel do Estágio Supervisionado.

Assim, o discente lida com dois universos a realidade da universidade e a realidade da escola pública, essa realidade é pouco discutida. Para completar como o professor iniciante pode desenvolver ações pedagógicas diferenciadas, criativas, se a própria escola não disponibiliza material didático? O professor não tem condições de arcar com essas demandas.

O planejamento de ensino é fundamental para a troca de experiência, a busca de novas metodologias, a construção de novas ações pedagógicas. O que percebemos quando realizamos nosso Estágio Supervisionado é que o planejamento de aula é pouco valorizado pelos professores e gestores. Muitas escolas não possuem coordenadores pedagógicos para acompanhar os professores e auxiliar a atividade em sala de aula. Mesmo na universidade o planejamento é pouco discutido, grande parte dos alunos não sabem elaborar um bom plano de

aula, não sabem definir um objetivo, pensar uma sequência pedagógica, não conhecem os tipos de avaliação, as teorias pedagógicas que embasam a prática docente.

Partimos do pressuposto de que a ação pedagógica é fundamental para a melhoria da qualidade de ensino. Uma das ações mais importantes do poder público é a valorização do professor, sua formação, a melhoria salarial, enquanto elemento essencial para a melhoria do ensino de geografia na educação básica.

Todavia, o que constatamos é que os quatro anos dedicados à licenciatura, não prepara o futuro professor para o saber-fazer da sala de aula. Quando chegam ao Estágio Supervisionado os discentes apresentam defasagem de aprendizagem dos conteúdos de geografia, como também, das práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1971.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética/Secretaria de Educação Fundamental** - Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL, **Parâmetros curriculares nacionais: geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer 492/2001**. Disponível em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 8 jul 2016.

BORSSOI, Berenice Lurdes. **O estágio na formação docente: da teoria a prática, ação reflexão**. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/1/Artigo%2028.pdf>>. Acesso em: 8 Ago 2016.

CALLAI, Helena Copetti. A Geografia e a Escola: Muda a Geografia? Muda o Ensino? Revista **Terra Livre**, n. 16. (p. 133-152). São Paulo, 2001.

CAMPOS, Margarida de Cássia. **A formação do professor de geografia: a difícil tarefa do saber/fazer docente**. Geosaberes, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 3-15, jul. / dez. 2012.

LANDIN NETO, Francisco Otávio; BARBOSA, Maria Edivanir Silva. **O Ensino de Geografia na Educação Básica: uma análise da relação entre a formação do docente e sua atuação na Geografia escolar**. Disponível em: <<http://www.geosaberes.ufc.br/seer/index.php/geosaberes/article/viewFile/44/pdf10>>. Acesso em: 05 Ago. 2015.

MOURA, Jeani Delgado Paschoal; ALVES, José. **Pressupostos teóricos metodológicos para o ensino de geografia: Elementos para a prática educativa**. Geografia - vol.11. n. 2 – Jul/dez. 2002.

Oliveira, Marlene Macário de. **A Geografia Escolar: Reflexões Sobre o Processo didático-Pedagógico do Ensino**. Revista Discente Expressões Geográficas. Florianópolis – SC, Nº02, p. 10-24, jun/2006. Disponível em: <<http://www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed02/artigo01.pdf>>. Acesso em: 05 Ago. 2014.

PESSOA, Rodrigo Bezerra. **Um olhar sobre a trajetória da geografia escolar no Brasil e a visão dos alunos de ensino médio sobre a geografia atual**. 2007, 130 p. Dissertação (Mestrado em geografia) Universidade Federal da Paraíba Centro de Ciências Exatas e da Natureza Programa de Pós-Graduação em Geografia. João Pessoa: 2007.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)**. 1996. 297f. Dissertação (Mestrado em Educação: supervisão e currículo)- Pontifca Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. **Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia no Brasil**. Terra Livre: São Paulo, n.15, p.129-144, 2000.

SILVA, Valdenildo Pedro da. **A formação do Professor de Geografia na era da Informação**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 167-198, jan./jun. 2007.

VLACH, Vânia Rubia Farias. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, José William (Org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. São Paulo: Papirus, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento Geográfico Veiculado aos Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia e o Espaço Agrário Brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula**. Revista Nera. Ano. 7, n. 4. Jan/Jul. 2004.